

**Principais políticas de fomento do turismo na
Amazônia: análise dos primeiros planos de turismo da
Amazônia (PTA I e II) e do PROECOTUR**

*Major politics of development on Amazons tourism: an
analysis of the Amazons tourism firsts plans (PTA I and II)
and PROECOTUR*

Kassia Suelen da Silva Farias

Especialização em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e Lazer pela Universidade
Federal do Pará – UFPA, Belém/PA, Brasil

E-mail: kassia.suelen18@gmail.com

Artigo recebido em: 28-08-2013

Artigo aprovado em: 22-07-2014

RESUMO

Verifica-se que o turismo tem passado por inúmeras transformações no que concerne ao planejamento e gestão da atividade. Observa-se que desde a década de 1970 tem-se pensado em diferentes modelos de desenvolvimento de turismo para a Amazônia, almejando o progresso econômico e social. Neste processo, na década de 1970, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), deu início a discussão de criação do primeiro Plano de Turismo da Amazônia (PTA) que deu início na década de 1980 até 1985. A partir da década de 1990 as estratégias de turismo para a região foram desenvolvidas em conformidade com a preocupação mundial em torno da natureza e do homem. Produto deste contexto, o II PTA foi lançado com o objetivo principal de desenvolver medidas que conciliassem o desenvolvimento econômico às questões ambientais e sociais. Outra ação também importante para esse período foi a promoção do desenvolvimento regional por meio de polos de turismo integrados, conforme determinava o PROECOTUR. O objetivo deste artigo, portanto, consiste em destacar as primeiras políticas públicas de turismo para o desenvolvimento dos estados e municípios da Amazônia que deram início a partir de 1970. Para isso, a estruturação conceitual do trabalho fundamentou-se em políticas públicas e planejamento de turismo na Amazônia. Utiliza-se como metodologia a pesquisa documental, por meio de diagnóstico que enfatiza os principais resultados obtidos pelos I e II Planos de Turismo da Amazônia, a partir da interpretação e análise documental; O artigo também adota a pesquisa bibliográfica, pois analisa as principais estratégias de desenvolvimento do turismo na Amazônia. A partir de tal análise, conclui-se que as mudanças políticas de turismo ocorridas na Amazônia entre a década de 1970 e 1990 - apesar de estarem acompanhadas por ações de planejamento do governo nacional e até mesmo pelas tendências mundiais - não conseguiram promover um planejamento adequado às necessidades e características da região, trazendo com isso uma ideia deturpada de desenvolvimento turístico para a Amazônia.

Palavras-chave: Turismo. Políticas Públicas. Amazônia.

ABSTRACT

It appears that tourism has undergone many changes with respect to the planning and management of the activity. Observe that since the 1970s has thought of different models of tourism development for the Amazon aiming the economic and social progress. In this process, in 1970, the Superintendency for Development of Amazonia (SUDAM), has initiated the creation of the first discussion Tourism Plan Amazon (PTA) who launched the From the decade of the 1990s the tourism strategies for the region were developed in accordance with the global concern about the nature and man. Thus, in 1992 the PTA II was launched with the main objective to develop measures that reconciling economic development to environmental and social issues. Another also important for this period action was promoting regional development through integrated tourism poles, as determined the PROECOTUR. The purpose of this article, therefore, is to highlight the first tourism policies for the development of states and municipalities in the Amazon that have commenced since 1970. Therefore, the conceptual structure of the work was based on public policy and planning tourism in the Amazon. It is used as documentary research methodology, referred to as diagnosis that emphasizes the main results of I and II Tourism Plan of the Amazon from the interpretation and document analysis; literature, it analyzes the main strategies of tourism development in the Amazon. From this analysis notes that the political changes that occurred in the Amazon tour between 1970 and 1990 - despite being accompanied by planning actions of the national government and even by global trends - failed to promote a planning adequate to the needs and characteristics of the region, bringing with it a distorted idea of tourism development for the Amazon.

Keywords: Tourism. Public Policy. Amazon.

1. INTRODUÇÃO

O Turismo vai além das questões estritamente econômicas. Ele é hoje um dos principais produtores de signos, seja em âmbito socioespacial, cultural ou político. Isso faz dele um instrumento importante na promoção de desenvolvimento conciliando os interesses econômicos e os relativos à valorização da cultura local e ao equilíbrio ambiental.

Entretanto, por se tratar de uma atividade complexa, há a necessidade de estudos criteriosos que subsidiem o planejamento turístico comprometido com o bem comum. É a partir das discursões sobre o planejamento e o desenvolvimento dessa atividade que os Estados definem seus objetivos, formulam e programam suas ações estratégicas visando garantir que todos envolvidos nessa atividade usufruam dos seus benefícios.

As políticas públicas devem direcionar suas ações e projetos para os diferentes eixos da estrutura política e econômica do país. São intervenções “multissetoriais integradas” (Gastal & Moesh, 2007, p. 40) que buscam consolidar a participação do cidadão, a partir de uma concepção global de interesses da sociedade. Conforme Nascimento (2009, p. 41) essa interferência política perpassa pelo processo de planejamento.

Hall (2001) enfatiza que as políticas públicas e o planejamento estão intimamente ligados, de tal modo que a ação de uma depende diretamente da outra. Esta afirmação se consolida na definição de planejamentos:

[...] é um tipo de tomada de decisões e elaboração políticas; ele lida, entretanto, com um conjunto de decisões interdependentes ou sistematicamente relacionado e não com decisões individuais. Planejar é, portanto, apenas uma parte de um processo global de “planejamento-decisão-ação” (Hall, 2001, p. 24).

Pretende-se a partir deste artigo analisar a condução das primeiras políticas públicas de turismo para a Amazônia que começaram a ser desenvolvidas a partir da década de 1970. Foi nesse período que a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), órgão responsável pelo planejamento e coordenação do desenvolvimento amazônico, apresentou em seu segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) a possibilidade de criação de uma política própria para o setor. Tal política primaria pela criação de instrumentos necessários para o desenvolvimento do turismo na Região.

O I Plano de Turismo da Amazônia (PTA) foi lançado em 1977, com ações a serem implementadas de 1980 até 1985. Em 1992 foi divulgado o II PTA que, a exemplo do anterior, seguia as tendências mundiais. Porém, neste caso, elas preconizavam um

planejamento bem mais preocupado com o meio ambiente e com a sociedade e apontavam para a necessidade de valorizar e preservar o patrimônio natural e cultural da região Amazônica.

Paralelamente a isso, e após diversas tentativas de reorganização e estruturação de uma política de turismo no país, o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) fomentava, desde o final da década de 1960, o turismo no Brasil. E a partir da década de 1970 passou a primar pela interação homem/natureza, pautadas nas discussões ambientalistas mundiais.

No âmbito da EMBRATUR, em 1992, foi lançado o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR). Após dois anos, em 1996, foi lançado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), tendo como objetivo principal a descentralização política de turismo. Garantia-se, assim, uma maior participação dos municípios nas questões políticas de valorização dessa atividade.

Em se tratando especificamente do ecoturismo na Amazônia legal, o Governo Federal lança mão do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR), no âmbito do Programa Nacional de Ecoturismo (um dos programas da Política Nacional de Turismo de 1996) e da Política de Ecoturismo da Amazônia Legal (1999). Para o desenvolvimento integrado do ecoturismo na Amazônia Legal foram desenvolvidos estudos criteriosos para a criação e dinamização dos pólos de ecoturismo selecionados na Amazônia Legal que objetivassem, principalmente, a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor de forma articulada com a comunidade local.

Deste modo, tem-se que, desde a década de 1970, as políticas de turismo foram formuladas e estruturadas sob a orientação da necessidade mundial. Esta instigava o desenvolvimento do turismo na Amazônia como alternativa ilusória de crescimento econômico, apesar de, teoricamente, propor ações que estavam articulados a uma perspectiva mais preocupada com as questões ambientais e sociais.

Sabe-se que o desenvolvimento econômico implica, sobretudo, em mudanças estruturais que vão de questões sociais como a cultura até questões institucionais da sociedade (Bresser-Pereira, 2007) o que ratifica a necessidade de uma maior preocupação em torno ao planejamento dessa atividade econômica. Nascimento (2009, p. 41) sinaliza que os processos de planejamento e implementação dos planos “são fenômenos eminentemente políticos” e que naturalmente levam à elaboração de planos, programas ou projetos. Deste modo, por estar articulado às decisões políticas, tem-se percebido uma intensa modificação especialmente no que se refere ao planejamento e gestão do turismo.

O objeto de pesquisa, portanto, requereu uma análise holística das interferências advindas com a elaboração das primeiras políticas públicas de turismo para o desenvolvimento da Amazônia. Utiliza-se para isso, a pesquisa documental, que por meio do diagnóstico do I e do II Plano de Turismo da Amazônia puderam evidenciar as vicissitudes ocorridas na elaboração do primeiro planejamento direcionado para o desenvolvimento do turismo.

A partir de tal análise pode-se obter uma conclusão passiva da relação direta das políticas públicas para o turismo a partir da década de 1970. E, além disso, observa que as mudanças políticas de turismo estão se direcionando cada vez mais para uma descentralização de sua estrutura, que de forma compartilhada fomentam-no sob nova perspectiva de desenvolvimento. Como resultado da pesquisa, observou-se que as primeiras políticas de fomento de turismo na Amazônia não conseguiram promover um planejamento adequado com as necessidades e características da região, trazendo com isso uma ideia deturpada de desenvolvimento.

Pretende-se, desta forma, contribuir para uma maior compreensão dos principais aspectos que evidenciaram o turismo como propulsor de desenvolvimento econômico e social para a região Amazônica. Para isso, fez-se neste trabalho uma análise crítica acerca das mudanças políticas de turismo na Amazônia. A primeira sessão enfatiza a importância do planejamento para a condução do bom desenvolvimento da atividade. No segundo momento fez-se um recorte histórico temporal sobre as primeiras políticas públicas de turismo na Amazônia, que foram o I e o II PTA. Na terceira, será sistematizada a análise da avaliação do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo Na Amazônia Legal (Proecotur).

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para discursar sobre as principais políticas de fomento de turismo na Amazônia entre as décadas de 1970 e 1990 utilizou-se como método de pesquisa o estudo bibliográfico que por meio da técnica de Revisão de Literatura, como a análise de livros, artigos, dissertações e teses que abordam os temas: desenvolvimento, políticas públicas e planejamento de turismo no Brasil e na Amazônia. A análise documental neste processo foi de extrema importância, pois possibilitou compreender a evolução política de turismo na Amazônia. Para isso, recorreu-se à busca de documentos de órgãos que tiveram significativa representatividade na elaboração do I e II Planos de Turismo da Amazônia além do PROECOTUR, neste caso a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Foi utilizado o sistema da biblioteca

central da Universidade Federal do Pará e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), tendo em vista a importância dessa instituição para a produção de conhecimento para a Região assim como referência para arquivar documentos públicos (Poupart, et al. 2008) que testemunharam o processo histórico de desenvolvimento da Amazônia.

Para a realização da análise documental, inicialmente recorreu-se à análise preliminar de exame e crítica do documento, composta em cinco dimensões que segundo Poupart, et al. (2008) dão suporte à primeira etapa de toda análise documental, são elas: o contexto, em que se produz o documento; o autor ou os autores, importante para reconhecer os interesses e motivos de quem o produz; a autenticidade e a confiabilidade do texto, que serve para assegurar a qualidade e a veracidade da informação transmitida; a natureza do texto para que se possa tirar conclusões; e por último os conceitos-chave e a lógica interna do texto que serve para a compressão da principal função/argumento do documento.

Feita a análise preliminar do documento, realizou-se a construção da análise propriamente dita, onde puderam reunir todas as informações apreendidas nas cinco dimensões e interpretá-las conforme o objetivo do proposto no trabalho que consiste em destacar as primeiras políticas públicas de turismo para o desenvolvimento dos estados e municípios da Amazônia que deram início a partir de 1970.

Observou-se, no entanto a insipiência de estudos que retratem particularmente o *estado da arte* sobre turismo na região Norte do país, apesar de haver documentos importantes que refletem tal evolução. Por isso ressalta-se a importância de trabalhos como este para melhor elucidação do desenvolvimento de turismo na Amazônia.

3. PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

Discursar sobre o turismo na Amazônia é remeter a uma longa construção ideológica e conflitante de políticas públicas, as quais vêm sendo desenvolvidas desde a década de 1970 na região.

A discussão sobre turismo perpassa por questões inerentes ao processo de planejamento, tendo em vista os aspectos necessários para a sua eficácia, tais como: a definição de políticas públicas de turismo, o reconhecimento da importância da participação da comunidade, as necessidades que levam os turistas a conhecerem novos lugares, assim como a percepção de quem o recebe. Resumidamente, nas palavras de Gastal e Moesh (2007, p. 12) o turismo pode ser entendido como um fenômeno sociocultural, pois se relaciona direta

e indiretamente a diferentes práticas sociais, que proporcionam novas experiências e vivências entre aquele que visita e o que é visitado. Isso impõe uma dialética contínua entre a gestão turística do local e as políticas públicas.

Os significados do turismo, portanto, percorrem por processos inteiramente ligados às decisões dos Estados para com o seu desenvolvimento. E é a partir das discursões de desenvolvimento que os Estados, ditos soberanos, definem seus objetivos, formulam e programam sua política pública para o desenvolvimento do turismo. E em conformidade a afirmação de Costa (2006 citado em CRUZ, 2008, p. 134) “o conceito de desenvolvimento não se restringe, somente, à ideia de crescimento econômico”, pois reflete processos históricos e socioculturais. Portanto, o desenvolvimento implica, sobretudo, em mudanças estruturais que vão de questões sociais, como a cultura, até questões institucionais da sociedade, o que segundo Bresser-Pereira (2007) torna-se impossível de analisá-lo apenas do ponto de vista econômico, o que ratifica que a globalização é um processo que está vinculado ao território (Barqueiro, 2001, p. 2), pois a dinâmica econômica e produtiva do território depende das decisões dos atores locais.

Sabe-se que a economia global é fortemente assimétrica, o que vem produzido novas discussões sobre o processo de desenvolvimento. Recentemente, o conceito de desenvolvimento passou a ir além das questões estritamente econômicas de um lugar, passando a ser “encarado como um processo complexo de mudanças e transformações da ordem econômica, política e, principalmente humana e social” (Oliveira, 2002 citado em Cruz, 2009, p. 99). Aspectos estes que levaram ao surgimento do termo desenvolvimento local e /ou endógeno, o qual propõe discutir novas práticas de produção econômica no espaço, de modo que esteja engajado em compromissos solidários-associativos e que consigam reafirmar a identidade do local.

Do mesmo modo, as políticas de turismo passaram por grandes mudanças na sua estruturação. A afirmação das medidas de descentralização e a importante contribuição dos atores locais começaram a ser discutidas em âmbito nacional para o desenvolvimento responsável do turismo. A ampliação do conceito de democracia e cidadania e entre outros fatores de fundamental importância para a participação social nas políticas públicas começavam a ser consideradas nas decisões do Estado no que se refere ao desenvolvimento do turismo no Brasil. Conforme aponta Schneider (2005) a política pública não é um assunto exclusivo de uma “hierarquia governamental”, mas se encontra numa zona complexa de interferências, que envolve assunto coletivo e privado que se integram e cooperam numa estrutura de redes.

Redes de políticas incorporam assim muitos atores distintos de diferentes sub-setores sociais e políticos no contexto de produção de uma política. Nesse caso as redes podem ser compreendidas certamente enquanto manifestações macroestruturais de sistemas políticos, nas quais interesses políticos e sociais são integrados no processo de política pública [...] (Schneider, 2005, p. 38).

Outro fator importante para o planejamento do turismo é a necessidade de saber a realidade das regiões turísticas para o maior conhecimento e dimensionamento do turismo local. Além de detectar a existência de política pública que valorize o seu desenvolvimento ou não. Informações que permitam ter uma visão estratégica das reais necessidades para o bom desenvolvimento dessa atividade.

Neste caso, pode-se afirmar que planejamento consiste na elaboração de uma estratégia que consiga mediar conflitos, sejam eles sociais ou ambientais, conforme as necessidades de cada região, observando que a população local deve ter prioridade sob o crescimento do turismo e não o inverso. Por isso, é imperativa a necessidade de se ter profissionais capacitados para analisar os conflitos que o turismo proporciona, buscando as soluções compatíveis, de acordo com cada situação. Soluções essas que proporcionem à população local ter o seu espaço e a sua rotina preservada ao máximo, ou seja, que possam garantir os benefícios para ambos: população local e empresas privadas.

A preocupação em torno dos malefícios que o turismo pode trazer é justamente essa inversão de prioridades e objetivos, pois dificilmente têm-se políticas públicas que estejam preocupadas (do início ao fim) com o desenvolvimento dessa atividade em um determinado local. São questões que devem ter um minucioso cuidado para que ao invés de gerar benefícios o turismo traga à população local a ideia de invasão do seu território bem como, consequências irremediáveis como a destruição da natureza, cultura e da história daquele lugar.

A necessidade de uma intervenção política no processo de desenvolvimento do turismo, de acordo com Hall (2001), são respostas aos efeitos indesejados que o turismo vem causando, especialmente em âmbito local. O que se percebe é que tais medidas só são criadas quando a atividade adquire uma importância econômica ou quando, em muitos casos, se tornam ameaças para o meio ambiente e sociedade. Antes disso, caracteriza-se pelo crescimento desordenado sem a presença de um órgão que evite seus efeitos indesejáveis (Hall, 2001; Solha, 2006).

Ainda quando existem políticas próprias do turismo, sabe-se, porém, que estas dependem diretamente de outras instâncias do governo. Hall (2001, p. 30) revela que tal

atividade é “[...] resultado de um *continuum* de atividades relacionadas ao planejamento que vão do local ao global”. A vinculação com outras políticas públicas é decisiva para o desenvolvimento do turismo no local, assim, a atividade não depende somente de questões que proporcionam a viagem e a recepção do turista, como a estrutura física dos aeroportos, dos hotéis e restaurantes. Precisa ser considerado como uma atividade complexa, que proporcione o bem estar dos moradores do local e dos turistas, como transportes de qualidade, hospitais que satisfaçam as necessidades e direitos do cidadão e entre outras políticas que tornam o desenvolvimento do turismo extremamente dependente de outras medidas do governo.

O planejamento turístico, portanto, ocorre de várias maneiras (desenvolvimento, infraestrutura, uso do solo e de recursos, organização, recursos humanos, divulgação e marketing); estruturas (outro governo, organizações quase governamentais e não – governamentais); escalas (internacionais, transnacionais, nacionais, regionais, locais e setoriais) e em diferentes escalas de tempo (para desenvolvimento, implementação, avaliação e realização satisfatória dos objetivos de planejamento) (Hall, 1998 citado em Hall, 2001, p.30).

Ainda em conformidade com Hall (2001), o planejamento turístico costuma ser uma “combinação de considerações econômicas, sociais e ambientais” que repercutem no seu desenvolvimento. Segundo Beni (2006) as políticas públicas de turismo no Brasil sofreram com a ausência da integração dessas instâncias, deixando grandes impactos para a sociedade, que não participava do planejamento, e para o meio ambiente, que era/é utilizado de forma insustentável.

Destarte, se houver essa percepção e se for desenvolvido um planejamento adequado, poderão ser proporcionados benefícios que vão além do aumento do Produto Interno Bruto (PIB), contribuindo não somente para as necessidades de crescimento econômico como também para as necessidades da população local. Desse modo, o turismo “[...] ultrapassa a lógica econômica, sendo necessário também enxergá-lo sob a ótica, da soberania, da diversidade e identidade cultural” (Moesch, 2002 citado em Nóbrega, 2008, p. 150).

Precisa-se ter o conhecimento que o turismo, segundo Urry (2001) se caracteriza por três fatores. O primeiro seria o motivador dessa atividade, a necessidade que as pessoas têm de saírem do seu local habitual com o desejo de conhecer novos lugares, novas realidades, culturas, crenças e modos de vida. Ou seja, “[...] viajar para algum lugar com a finalidade de contemplar e ali permanecer por motivos que basicamente não tem ligações com o seu trabalho” (Urry, 2001, p 20). A segunda é justamente o local e as pessoas que esse turista escolhe para conhecer, o atrativo, seja natural, cultural ou histórico, lugares que são

escolhidos “[...] porque existe uma expectativa em relação a prazeres intensos, seja em escala diferente, seja envolvendo sentidos diferentes daqueles com o que habitualmente nos deparamos” (Urry, 2001, p. 18). E por fim, o terceiro nível seria o posicionamento das políticas públicas locais/nacionais, as políticas privadas e os profissionais que “[...] tentam reproduzir novos objetos do olhar do turista” (Urry, 2001, p. 20) que visem em seus planejamentos condições necessárias não só para o bem estar do turista, mas que, sobretudo, tragam o bem estar e a dignidade para a comunidade local.

Ainda nessa linha, Santana (2009) mostra que a participação dos atores locais no processo de desenvolvimento do turismo vem sendo discutida há décadas. Mas que, por exigir um complexo acompanhamento dos comportamentos variáveis da comunidade¹, acaba sendo pouco considerada nas políticas públicas. Deste modo, é necessário um “[...] exaustivo conhecimento” (Santana, 2009, p. 64) das questões que implicam em um bom direcionamento das políticas públicas, tendo o conhecimento não somente das características socioeconômicas, culturais e das motivações do visitante, mas também “[...] da população residente na área, incluindo variáveis, como estrutura demográfica e social, organização formal e informal, modos de vida” (Santana, 2009, p. 64). Isso facilita a criação de estratégias para um desenvolvimento integral e consciente da atividade turística.

Por isso “o planejamento é uma mediação entre o conhecimento e a ação” (Matus, 1989, p. 156). Planejar um futuro desconhecido requer um profundo conhecimento dos seus planejadores, e por esse motivo existem diferentes tipos de planos e ações, assim como diferentes planejadores que elaboram novas opções. Conhecer torna-se uma exigência que permite prever possibilidades e suas ações e, em consequência, torna o planejamento mais próximo da eficácia.

A seguir, sabendo da importância do planejamento para o bom desenvolvimento do turismo, far-se-á uma abordagem das principais medidas estratégicas estabelecidas para a Amazônia desde o final da década de 1970 com vista ao desenvolvimento do turismo na região.

¹ Lembra-se que lidar com essa perspectiva é saber que as reações dependem muito do local a ser trabalhado, pois umas podem ser de fácil desenvolvimento e outras não, que acabam sendo obrigadas a modificarem a estrutura do conhecimento.

4. AS PRIMEIRAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INSERÇÃO DO TURISMO NA AMAZÔNIA

Falar sobre políticas públicas “está intimamente ligado à questão do desenvolvimento de um local” (Serra, 2007, p. 44). E o Estado é quem impulsiona o desenvolvimento local. Isto, por meio da formulação de políticas públicas que estabeleçam as estratégias para a região.

As primeiras políticas públicas norteadoras do turismo na Amazônia tiveram início a partir da década de 1970. Nessa ocasião, almejando o progresso econômico e social, a SUDAM, inseriu em seu II PDA recursos necessários para a elaboração de um plano específico para o desenvolvimento turístico. O objetivo principal era, segundo o PDA, “[...] o crescimento do produto regional e a redução de desigualdades inter-regionais” (SUDAM, 1978, p. 37) a partir da dinamização do turismo. As áreas definidas neste primeiro plano foram: Belém, Manaus, São Luís e Santarém. E posteriormente incluíram: Cuiabá, Macapá, Rio Branco, Boa Vista e Porto Velho.

Havia cinco objetivos inseridos no Plano de Desenvolvimento da Amazônia, que eram possíveis de identificar os setores econômicos, principalmente o turismo, capaz de apoiar a estratégia de desenvolvimento regional. O primeiro objetivo visava:

Acelerar o crescimento regional com base no aproveitamento dos setores e produtos que tenham uma vantagem comparativa. Sem dúvida alguma, uma das grandes vantagens comparativas que a Amazônia tem reside no conjunto de atrativos culturais, históricos, artísticos e acima de tudo, naturais que possui. Este conjunto forma um produto turístico de grande potencial, capaz de gerar fluxos de turistas que, ao gastar dinheiro na região, podem aumentar a renda regional [...] (SUDAM, 1978, p. 37).

Utilizava-se a imagem desconhecida da Amazônia, repleta de autenticidade cultural, natural e histórica, como o principal produto turístico da região amazônica.

Ressalta-se que nesta época o turismo no Brasil passava por grandes mudanças, que o legitimavam por meio de algumas políticas públicas próprias para atividade. Com a publicação do Decreto lei n. 55, de 18 novembro de 1966, cria-se uma estrutura federal para administração do turismo. Esta era composta pelo Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) que eram respectivamente designados a: *formular* as diretrizes e *propor* os atos normativos necessários à promoção da política

nacional de turismo (Nóbrega, 2007, p. 45, grifo nosso), ambos vinculados ao então Ministério da Indústria e do Comércio².

Dessa feita, reconhecia-se, nesse momento, que o turismo era a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas à indústria, fossem elas originárias de setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento econômico do país (Decreto-lei 55/1966, art.1º). Posteriormente, em 1970, fundos para financiamento de projetos de desenvolvimento turístico foram criados sob a orientação da EMBRATUR.

O primeiro fundo para o financiamento de projetos turísticos foi o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR)³. E em 1976, pelo Decreto lei n.1.376, são criados novos fundos de investimentos que definiam agentes financiadores para cada fundo. Para a região Norte, criou-se o Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM), tendo como agente financiador o Banco da Amazônia S.A., sob a supervisão da SUDAM. Foram criados, também, o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e Fundo Setorial (FISSET).

Em 1977, a SUDAM e a EMBRATUR firmaram convênio no qual definiam ações conjuntas para a elaboração de um inventário que culminaria na criação do I Plano de Turismo na Amazônia, para o período de 1980 a 1985. Com esse convênio, almejavam-se grandes possibilidades de dinamização econômica da Amazônia através do seu potencial turístico, além de promover a ocupação territorial, elencada em um dos cinco objetivos do I PTA. Em vista disso, Cruz (2003, p. 98) ressalta que:

De celeiro do mundo a berço do extrativismo, a Amazônia Legal tem seu destino, mais uma vez, traçado em função de suas características naturais. Mas as decisões sobre as formas de exploração do território amazônico são políticas e têm muito mais a ver com a divisão internacional do trabalho e com o mercado internacional do turismo do que com sua geologia, geomorfologia, fauna e flora.

Ademais da contribuição para a ocupação territorial ordenada da Amazônia, objetivava-se nesse plano o aumento da participação da região no desenvolvimento econômico e social nacional, através da geração de renda e emprego. O interesse do Estado em desenvolver o turismo na região seguia o critério do “empresariamento urbano”, que visava, sobretudo, torná-la competitiva por meio do agrupamento de diversas atividades num só espaço (HARVEY, 1996).

Os eixos gerais do I PTA não seguiam uma política nacional de turismo, mas sim a política de desenvolvimento sustentada pelo Plano de Desenvolvimento da Amazônia (Serra,

² Responsável até então pela condução das políticas nacionais de turismo no Brasil.

³ Decreto lei n. 1.191, de 27 de outubro de 1971.

2007, p 60), hora percebido na sua estratégia de inserir o turismo em um dos grandes projetos iniciados na década de 1970.

Nesse contexto, Nóbrega (2008, p. 149) aponta que:

A região Amazônica, em face às novas transformações, foi pressionada, através de estratégias de desenvolvimento, a acompanhar tendências mundiais. Essas estratégias materializaram-se pelos “Grandes Projetos”, assim denominados porque realmente abrangeriam uma vasta dimensão física/estrutural e alcançavam grandes áreas florestais adentro, um verdadeiro bolsão verde ainda muito pouco conhecido pelos “homens brancos”, embora respeitado pelos indígenas e caboclos locais.

Ressalta-se que “[...] a EMBRATUR, no intuito de alavancar o receptivo internacional, investiu maciçamente em hotéis de luxo, em empreendimentos de valor não inferior a 25 milhões de dólares” (Beni, 2006, p. 24). Para a Amazônia, isso foi um fator fundamental para excitar, ainda mais, o desequilíbrio ambiental e social. Assim, com os primeiros grandes projetos, agravaram-se fortemente as desigualdades sociais e o desequilíbrio ambiental a partir da criação dos grandes hotéis em meio à mata Amazônica.

Os instrumentos do I PTA estavam direcionados aos recursos e legislação de investimentos em infraestrutura. Suas origens eram bem diversas, dividiam-se em fontes regionais que provinham do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) e de fontes setoriais, através do Fundo de Investimento Setorial (FISSET)⁴ e do Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR). Também haviam outras fontes de recursos que não eram operados sob a direção da SUDAM e EMBRATUR, como: os recursos operados pelo BNDE, BNH, FINEP e os empréstimos internacionais.

O reconhecimento da região foi inicialmente uma das principais estratégias para o seu planejamento. No dizer de Sansolo (2013, p.110)

Com base no mapeamento do RADAM Brasil e da interpretação de imagens de satélites e imagens de radar correlacionou-se diversas informações inicialmente para determinação das fronteiras da floresta equatorial e dos campos cerrados. O passo seguinte foi a identificação de grandes regiões florísticas, o que orientou a definição de regiões com aptidão para o desenvolvimento do turismo a partir dos seguintes critérios.

Inicialmente, as políticas básicas para o desenvolvimento do turismo na Amazônia fundamentavam-se em diretrizes gerais que visavam a: proteção ao patrimônio natural; promoção e divulgação dos valores culturais, englobando tradições e suas manifestações e eventos, todo o patrimônio histórico-artístico e popular; incentivo ao turismo interno, não só

⁴ Investimentos trazidos pelo decreto lei nº 1.376/74.

por objetivos econômicos, mas pelas motivações sociais e culturais que ele acarreta; estímulo ao turismo do exterior para a região.

Anos posteriores, sob a ótica da crise econômica que iniciava nos anos de 1980, além de um período marcado pela transição política no país, o turismo é ainda mais motivado, mostrando-se como “[...] uma alternativa econômica capaz de soerguer as economias deprimidas dos estados nordestinos e de dinamizar a economia da Amazônia, com a ‘onda’ do turismo ecológico” (Rodrigues, 1996, p. 149). Desse modo, sob o prisma de uma nova alternativa econômica de turismo, as políticas públicas começaram a adotar, teoricamente, uma postura bem mais preocupada com a sustentabilidade.

Em 1983, a EMBRATUR já sinalizava um “novo” conceito de turismo: um turismo preocupado com o social e o ambiental. A primeira iniciativa de fomento do ecoturismo no Brasil ocorreu no final da década de 1980, quando a EMBRATUR junto com técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) instituíram o Projeto do Turismo Ecológico (BRASIL, 2010). Conforme Nascimento (2009, p. 84), tais ações, todavia, foram “insuficientes para reverter o panorama existente naquela época”.

Com a intenção de cambiar papéis da dívida externa brasileira por investimentos turísticos no país (Rodrigues, 1996) o governo de Collor começa a (re)estruturar a Política Nacional de Turismo (PNT) sob a orientação de um novo título dado a EMBRATUR que passou a ser denominada como Instituto Brasileiro de Turismo (Bursztyn, 2007, p. 21). Deste modo, a EMBRATUR passou a ter um papel fundamental na elaboração de políticas de turismo para o Brasil. Agregou às suas atribuições as competências que antes cabiam ao extinto CNTUR, quanto à formulação, coordenação e execução da Política Nacional de Turismo.

Esperava-se uma maior eficiência na utilização dos recursos. Porém, nas palavras de Beni (2006, p. 20), “essa estrutura deixava lacunas e colocava algumas deficiências nos processos decisórios, sobretudo no que diz respeito a permanente ausência de representatividade por parte da iniciativa privada”. Isto porque não havia uma articulação forte entre o poder público, a iniciativa privada e principalmente a comunidade local, que, em sua grande parte, é quem sofre mais com esse desequilíbrio de forças.

Após diversas tentativas de reorganização das estratégias que direcionavam e impulsionavam o turismo no Brasil para a preservação do homem e da natureza, a EMBRATUR, em 1992, lança o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR). Suas diretrizes apontavam, segundo a SUDAM (1992, p. 15), para: “A necessidade de valorizar e preservar o patrimônio natural e cultural do País, além de propugnar a valorização do homem”. Isto pode

ser observado no art. 2º do Decreto nº 448, de 1992, que delineava as diretrizes dessa política, a saber: a prática do Turismo como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do País; a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico (Nóbrega, 2007). Procurava-se, a partir de enfoques regionais, gerar benefícios como a redução das desigualdades e a redistribuição da renda entre as regiões do Brasil.

Em 1994, o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) é lançado pelo Governo Federal. Seu objetivo principal era a descentralização da política de turismo, mediante uma maior participação dos municípios nas questões políticas, administrativas e financeiras que remetem à atividade. Assim como também a comunidade deveria ter uma maior atuação nas decisões que influenciassem em seu cotidiano.

O PNMT propunha em sua estrutura a conscientização dos municípios na sua execução eficaz, em parceria com a iniciativa privada, ou seja, uma “descentralização das atividades de planejamento” (Beni, 2006, p. 27). Com o fito de formatar uma nova política pública de turismo, o PNMT elencou cinco importantes princípios que impulsionavam fortemente a **Descentralização** do poder público; a **Sustentabilidade** em seus vários aspectos (econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos); a promoção de **Parcerias** que envolvessem as diversas esferas da estrutura política do país (federal, estadual e municipal); a **Mobilização** da comunidade para participar em decisões importantes; e a **Capacitação** direcionada para o desenvolvimento do turismo e a prestação de serviços (BRASIL, 2007, grifo nosso).

Pode-se dizer que o principal resultado alcançado foi a sensibilização dos municípios para o turismo como um vetor de desenvolvimento econômico. Entretanto, uma avaliação da capacidade institucional dos municípios para o planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos pode expor a fragilidade atual da maioria dos municípios brasileiros no que se refere ao setor turístico (Sansolo, 2013, p 112).

Em meio a essas mudanças na estruturação política de turismo, a SUDAM, com o apoio de entidades como o Banco da Amazônia (BASA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), lançou em 1992 o II PTA - Plano de Turismo da Amazônia e reconhece que, no que tange ao desenvolvimento sustentado:

A situação atual do ecoturismo no Brasil e, particularmente, na Amazônia é ainda incipiente, pouco se sabendo sobre o que é, realmente, o ecoturismo e quais as suas características. Por consequência, menor ainda é sua aplicação efetiva aos aspectos

construtivos e operacionais da infraestrutura existente. (SUDAM/PNUD, 1992, p. 17)

Este segundo plano objetiva “constituir um instrumento para coordenar as ações do Governo Federal e da iniciativa privada, no sentido de superar as barreiras existentes para a efetivação da atividade turística na região” (Nóbrega, 2008, p. 152). Em consonância com as políticas delineadas pelo PLANTUR, o PTA propunha ações similares quanto ao papel do turismo nos contextos sociais, econômicos e culturais.

O então documento formulou diretrizes que buscavam compatibilizar o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente, como incentivos a: promoção e o desenvolvimento turístico de forma ecologicamente sustentada; revitalização das ações estruturais das instituições públicas e privadas componentes do trade turístico regional; maximização do aproveitamento dos recursos naturais e culturais na produção do turismo receptivo; integração dos roteiros turísticos regionais e revigorar a imagem da Amazônia com destino das correntes turísticas.

Diferentemente dos objetivos apresentados no I PTA, as estratégias que direcionavam o segundo plano não eram somente de cunho econômico. A SUDAM observa, em suas linhas, a necessidade de se adequar à influência mundial, relacionando o turismo à sustentabilidade ambiental e social. É nesta circunstância “que o turismo, em especial o ecoturismo, é posto como alternativa para o desenvolvimento da Amazônia” (Nascimento, 2006, p.38). É sabido, no entanto, que esse modelo de turismo implicou num esforço político ainda maior de “monitoramento e sinalização das atividades privadas” (Figueiredo, 1999, p. 87) que consigam orientar suas ações para melhor utilização dos recursos naturais. Como resultado dessa proposta, observa-se que apesar de inovadora e consciente, suas ações raramente conseguiram alcançar os resultados esperados, isso porque não havia, de fato, uma articulação maior com a população local que pudesse redirecionar o desenvolvimento do turismo para os novos paradigmas mundiais.

De acordo com Dias (2009), questões relativas à preocupação ambiental e social se intensificaram ainda mais após a reunião do Rio 92, onde governantes de 179 países estabeleceram metas para o desenvolvimento sustentável a serem alcançadas pelos governos e sociedades do mundo inteiro.

No âmbito desses acontecimentos, o turismo ecológico surge como uma das atividades econômicas capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento sustentável da Amazônia. No entanto, são teorias que só serão de fato efetivadas a partir de um intenso planejamento participativo, que até o exato momento não aconteciam plenamente. Ainda no

plano sondado, entre os problemas principais para realização desse segmento na Amazônia está justamente “a falta de monitoramento e gerenciamento dos impactos ambientais e sociais dos empreendimentos turísticos” (SUDAM, 1992, p. 13).

A EMBRATUR estabeleceu, através da Deliberação Normativa nº 303, de 20 de janeiro de 1992, pólos prioritários para o desenvolvimento. Eles foram classificados em pólos: consolidados, em desenvolvimento e potenciais do setor. Sob essa orientação, definiram-se, através do II PTA: os pólos turísticos *consolidados* como Manaus e a Região Metropolitana de Belém; os pólos que estariam em *desenvolvimento* na região como: Rio Branco e arredores do Acre; Macapá e arredores do Amapá; Litoral Paraense; Oeste Paraense; Sul Paraense; Porto Velho e arredores em Rondônia; Boa Vista e arredores em Roraima; Cuiabá e arredores do Mato Grosso; Vale do Araguaia Mato Grossense e a Região Amazônica Mato-Grossense. Além dos pólos *potenciais*, que estariam em diversas regiões da Amazônia.

5. O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO ECOTURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL: O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL (PROECOTUR)

Fruto de longa mudança na estrutura política do país, além de diversas discussões sobre novas formas de utilização do turismo no mundo, o ecoturismo passou a ser alvo das políticas de desenvolvimento do turismo no Brasil. Por ser uma região ainda pouco explorada e muito cobiçada por sua diversidade natural e cultural, logo se tornou uma grande possibilidade de desenvolver o ecoturismo. Além da publicação dos Planos de Turismo da Amazônia de 1977 e 1992, novos documentos foram criados como a Estratégia para o Desenvolvimento Integrado do Ecoturismo na Amazônia Legal, publicado em 1997.

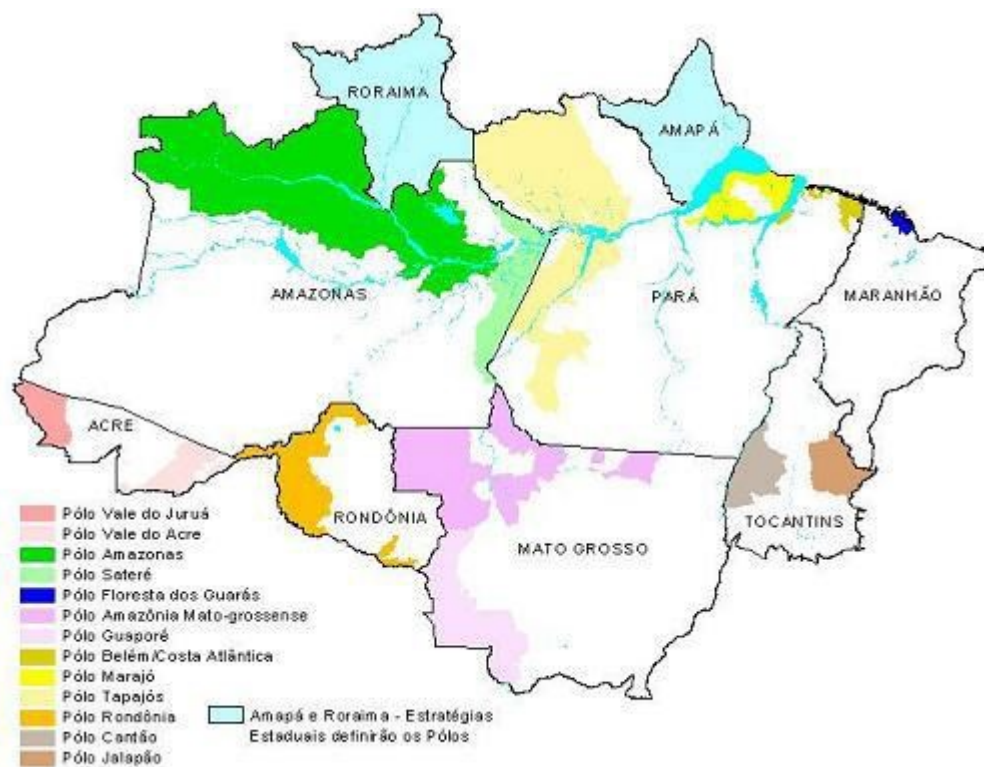
Sob a estratégia de promover o desenvolvimento regional por meio de ‘polos de turismo integrados’ através do desenvolvimento sustentável do turismo (Bursztyn, 2007, 21), o PLANTUR instituiu, sob orientação da EMBRATUR, novos programas como: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE); Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR); Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul (PRODETUR-SUL); e o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sudeste (PRODETUR-SE).

Em se tratando especificamente do PROECOTUR, foram realizadas parcerias com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e com o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, objetivando “desenvolver e dinamizar os polos de

ecoturismo selecionados em âmbito dos Estados da Amazônia Legal, bem como subsidiar a elaboração da política de ecoturismo de cada Unidade Federada” (Nóbrega, 2008, p. 155).

Dividindo-se em duas fases denominadas de pré-investimentos e investimentos, buscava-se em longo prazo impulsionar o ecoturismo na Amazônia Legal. A primeira fase aconteceu até 2003, o qual subdividiu os investimentos em três componentes: Planejamento do ecoturismo na Amazônia Legal; Gerenciamento do ecoturismo nas áreas selecionadas; e Fortalecimento do segmento ecoturístico. Tais componentes buscavam, através da integração do poder público, privado e a comunidade receptora um levantamento da Região para a elaboração de um planejamento coerente com a proposta do programa. Ou seja, recursos que deram início aos vários estudos de compatibilização dos objetivos da PROECOTUR à estrutura e aos componentes da região. A segunda fase refere-se à fase de investimentos que, baseados nos resultados obtidos, “implicam no fortalecimento institucional, Assistência técnica; Capacitação e Gerenciamento” (Nóbrega, 2008, p. 160), para a promoção do ecoturismo na Amazônia Legal e para a preparação de projetos de investimentos públicos requeridos nas localidades selecionadas da região.

Figura 1: Pólos de ecoturismo contemplados pelo PROECOTUR.



Fonte: MMA, 2008.

Como ilustrado Figura 1, o MMA criou pólos de ecoturismo em toda Amazônia Legal, envolvendo mais de 60 municípios. No estado do Pará foram definidos três pólos para a promoção do ecoturismo: Belém/Costa Atlântica, Marajó e Tapajós (Nóbrega, 2008). Permitiam um maior dimensionamento das necessidades dos Estados ao orientar suas ações para alavancar o turismo regional.

Observa-se, no entanto, que apesar de o Estado ter sido dividido em pólos, muito se questiona quanto à verdadeira eficiência e eficácia dos instrumentos utilizados para esse Programa. Os gastos, ao contrário das suas realizações, evoluíam e conforme Nóbrega (2007) em 2006 o cenário não era motivador, pois segundo os dados estatísticos apontados anualmente pela EMBRATUR/MTUR havia um decréscimo significativo no volume dos turistas que desembarcavam no aeroporto internacional de Belém. Uma das causas percebidas para a ineficiência do programa foi a sua descontinuidade que, segundo Nascimento (2009) se deu por vários fatores entre eles políticos, que se revela principalmente pela descontinuidade das ações políticas a cada eleição; administrativa, pois os gestores e técnicos não estavam suficientemente preparados quantitativa e qualitativamente para atender as necessidades operacionais que viabilizassem a continuidade do Programa; e econômica, pois houve gargalos na não liberação dos recursos previstos, na esfera federal da administração pública.

6. CONCLUSÕES

Observa-se que os instrumentos utilizados para a formulação de políticas públicas de turismo no Brasil sofreram diversas interferências, seja a nível mundial, nacional, ou local. Desde o final da década de 1960 houve no país, múltiplas modificações políticas que interferiram decisivamente para a formulação de estratégias de fortalecimento do turismo. Para a Amazônia, em especial, é notável que entre a década de 1970 a 1990 a estrutura política da região diversificou muito, o que conseqüentemente interferiram em mudanças espaciais, sociais e culturais.

Diversos foram os projetos que modificaram e (re)estruturaram a paisagem dessa Região, que antes era conhecida vulgarmente como “terra sem homens”. E nesse contexto, o turismo foi sendo utilizado e incentivado pelo Governo para que conseguisse, justamente, estimular o povoamento amazônico de maneira despreocupada com as reações ambientais e sociais.

Desde a criação da primeira política pública de turismo da Amazônia a concepção da atividade tem se modificado intensamente, pois hora estava amplamente direcionado a inseri-

lo como uma das estratégias política dos grandes projetos iniciados também na década de 1970. Neste período, o desenvolvimento do turismo na Amazônia era reconhecido como uma alternativa ilusória de crescimento econômico, cujos reflexos negativos podem ser vistos ainda hoje.

Ao longo do trajeto político de turismo na Amazônia, pode-se notar que apesar de diversas interferências, ainda se ressenete da ausência de ações canalizadoras de desenvolvimento sustentável dessa atividade na região, principalmente aquelas que consideram a participação social como instrumento fundamental para este processo. A despeito disso, os projetos e os programas realizados ao longo desses anos deixaram sua expressiva contribuição no que concerne a importância da conscientização dos planejadores, gestores e de iniciativas privadas sobre a importância da participação dos atores sociais para o desenvolvimento consciente e justo do turismo.

É válido ressaltar a importância dos estudos que puderam apontar para as necessidades de se pensar em outra perspectiva de desenvolvimento. Apesar de ser tardiamente reconhecido como uma das “soluções” para conter os avanços negativos do turismo “tradicional”, o desenvolvimento local e/ou endógeno teorizado por grandes autores como Putnam (2002) e Bourdieu (1990) vem sendo considerado na elaboração de política pública de turismo no Brasil e implementado mesmo que paulatinamente. Cabe ainda ressaltar a importância da participação da população e residentes nos diferentes processos das políticas de turismo do local, que vão desde a elaboração até a implementação de suas ações. Isto constitui, é claro, num intenso processo de mudanças sociais que permitirão a melhor condução do desenvolvimento da atividade.

Os resultados da pesquisa deste trabalho puderam constatar que: o I PTA seguia critérios do empresariamento urbano, onde inserir o turismo neste contexto era articulá-lo a mais uma estratégia política dos grandes projetos na Amazônia, uma vez que é possível verificar que este plano direciona suas ações apenas para aspectos econômicos do turismo; Os investimentos trazidos para o desenvolvimento do turismo na Amazônia foram explicitamente mal direcionados, trazendo como consequência o fortalecimento dos impactos ambiental e social para a região; Apesar de seguir perspectivas inovadoras no que tange ao processo de desenvolvimento, é notório verificar que o II Plano de Turismo da Amazônia continuou seguindo os mesmos critérios de planejamento do anterior, isso porque não se tinha como prioridade o planejamento participativo muito menos o monitoramento dos impactos ambientais dos empreendimentos turísticos, que por sinal eram completamente desarticulados à realidade da região; O Programa que almejou desenvolver e dinamizar os pólos de

ecoturismo selecionados em âmbito dos Estados da Amazônia Legal, PROECOTUR, ainda é visto como uma promessa de desenvolvimento sustentável do turismo para a Região Amazônica, que assim como o I e o II PTA foi ineficiente no sentido de promover maior articulação entre as instâncias de governança local o que ocasiona uma série de incertezas e frustrações, principalmente com a população local.

REFERÊNCIAS

- Barqueiro, A. V. (2001). Desarrollo endógeno y globalización. In: *Transformaciones globales, instituciones y política de desarrollo local*. Editorial Homo Sapien, Rosario.
- Brasil. (2007). *Conteúdo fundamental ação municipal para a regionalização do turismo*. Brasília: Ministério do Turismo.
- Brasil. (2010). *Ecoturismo: orientações básicas*. (2a. ed.) Brasília: Ministério do Turismo.
- Beni, M. C. (2006). *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph. (Série Turismo)
- Bresser-Pereria, L. C. (2007). O processo histórico do desenvolvimento econômico. EESP/FGV. Recuperado de www.bresserpereira.org.br.
- Bourdieu, P. (1990) Espaço social e poder simbólico. In Bourdieu, P. *Coisas ditas*. SP: brasiliense, p. 149-168
- Bursztyn, Ivan. (2007). Sustentabilidade, Turismo e Sociedade. In Leite Junior, P. P. (Org). *O valor social do turismo*. São Paulo: Roca.
- Cruz, R. (2003). *Política de turismo e território*. (2a. ed.). São Paulo: Contexto.
- Cruz, R. (2009). Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual. Para pensar a realidade brasileira. In Bartholo, R; Sansolo, D; Bursztyn, I. (Orgs.). (pp.92-107). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem.
- Cruz, S. H. R. Turismo Sustentável na Amazônia: O contexto do desenvolvimento endógeno. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima (Org). *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: UFPA/NAEA, 2008. p. 133-146.
- Dias, R.(2009). *Gestão Ambiental- Responsabilidade Social e Sustentabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Figueiredo, S. L (Org). (1999). *O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA.

Gastal, S. & Moesch, M. M. (2007). *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph. (Coleção ABC do turismo).

Harvey, D. (1996). Do gerenciamento ao empresariamento: as transformações da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço & Debates Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, NERU, Ano XVI, nº 39, p. 48-64.

Hall, C. M. (2001). *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamento*. Tradução: Edite de Sciulli. São Paulo: Contexto. (Coleção Turismo Contexto).

Matus, C. (1989). *O planejamento é democrático? Adeus Senhor Presidente*. (pp.154-160) Recife: Editora Litteris.

Nascimento, V. L. Q. (2009). *Políticas Públicas de ecoturismo e participação: a trajetória do PROECOTUR no Poló Belém/Costa Atlântica*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém.

Nóbrega, W. R. M. (2008). Perspectiva e entraves para o desenvolvimento de políticas setoriais de turismo na Amazônia: Discussões acerca do PROECOTUR no Estado do Pará. In Figueiredo, S. L. (Org). *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: UFPA/NAEA.

Nóbrega, W. R. (2007). *Turismo: Planejamento e políticas públicas na Amazônia*. Rio de Janeiro: E- papers.

Poupart, J; Deslauriers, Jean-Pierre; Groulx, Lionel –H; Laperrière, A.; Mayer, R.; Pires, A. . *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PUTNAM, R. D. (2002). *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV.

Rodrigues, A. A. B. (Org.). (1996). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: HUCITEC.

Sansolo, D.G. (2013). Políticas e planejamento do turismo na Amazônia. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, 13(1), 105-119, abr.

Santana, A. (2009). *Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações*. São Paulo: Aleph. (Série Turismo).

Serra, H. R. H. (2007). *A Concepção de turismo e de sua espacialidade no Plano de Desenvolvimento de Turismo do Pará (PDT-PA)*. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém.

Solha, K. T. (2006). Política de turismo: Desenvolvimento e implementação. In Ruschmann, D. V. D.M, & Solha, K. T. *Planejamento Turístico*. Barueri, SP: Manole.

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. (1978). *I Plano de turismo da Amazônia /SUDAM*. (v.1). Departamento de Setores Produtivos da Amazônia.

_____. (1992). *Plano de Turismo da Amazônia: 1992 - 1995*. Belém: SUDAM.

Schneider, V. (2005). Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. *Revista Civitas*, Porto Alegre, 5(1), 29-58. jan./jun.

Urry, J. (2001). *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. (3a. ed.) São Paulo: SESC/ Studio Nobel.